

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

MINUTA
DE
EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2022

Processo Administrativo nº 23166.001443.2022-44

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS CHARQUEADAS, CNPJ/MF n.º 10.729.992/0004-99, por meio do setor de compras/licitações, sediado na Rua General Balbão, nº 81 - Centro - Charqueadas/RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 8/12/2022

Horário: 9h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

Aquisição de materiais para a Coordenadoria de Manutenção Geral do IF Sul Campus Charqueadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infra estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.1.2 Para os itens abaixo, a participação é exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade	Quantidade mínima	Valor estimado Unitário	Valor Total estimado
2	354460	Cimento-cola / Argamassa colante ACII 20kg	Saco	513	8	R\$ 29,91	R\$ 15.343,83
3	426440	Cimento Uso geral 50kg	Saco	765	10	R\$ 37,90	R\$ 28.993,50
4	227025	Chuveiro/Ducha 4 temperaturas 220V 6800W	Unidade	185	5	R\$ 61,04	R\$ 11.292,40
5	406080	Kit Reparo completo para Válvula descarga Hydra 1.1/4" e 1.1/2"	Unidade	245	5	R\$ 62,58	R\$ 15.332,10
6	366485	Kit Reparo Salva Registro Pressão Chuveiro 7x1 Universal C31	Unidade	163	5	R\$ 37,90	R\$ 6.177,70
7	468640	Lâmpada LED Tubular 600mm 220V-9W – T8	Unidade	4100	20	R\$ 18,74	R\$ 76.834,00
9	486208	Caibro em madeira bruta para fixação de telhas. Eucalipto ou Pinus. Largura 5cm, Altura 5cm	Unidade	475	10	R\$ 22,90	R\$ 10.877,50

		por 3m.					
10	4721 33	Mangueira em Poliuretano azul para ar comprimido azul 8mm. (10 Bar) Rolo com 100m.	Rolo	35	2	R\$ 327,99	R\$ 11.479,65
11	4493 93	Mangueira em Poliuretano azul para ar comprimido 10mm. (10 Bar) Rolo com 100m.	Rolo	32	2	R\$ 395,60	R\$ 12.659,20
12	4637 33	Conexão engate rápido em T para ar mangueira PU de ar comprimido 10mm	Unidad e	410	10	R\$ 9,24	R\$ 3.788,40
13	4637 12	Conexão engate rápido roscada 3/8" para 8mm.	Unidad e	375	10	R\$ 26,25	R\$ 9.843,75
14	3519 19	Registro Agulha 1/4" NPT x Saída Mangueira 1/4"	Unidad e	330	10	R\$ 15,23	R\$ 5.025,90
15	4682 94	Válvula pneumática de bloqueio de fluxo engate rápido (tubo x tubo) para mangueira PU de ar comprimido 10mm	Unidad e	328	10	R\$ 50,62	R\$ 16.603,36
16	4637 32	Conexão engate rápido em T para mangueira em PU de ar comprimido 8mm	Unidad e	393	10	R\$ 6,87	R\$ 2.699,91
17	4637 11	Conexão Rápida Reta Macho 1/4" X 10 mm Bsp	Unidad e	383	10	R\$ 7,34	R\$ 2.811,22
18	4682 94	Válvula pneumática de bloqueio de fluxo engate rápido (tubo x tubo) para mangueira PU de ar comprimido 8mm	Unidad e	378	10	R\$ 27,00	R\$ 10.206,00
19	4682 94	Válvula esfera em latão F-F BSP 25 - 1/2".	Unidad e	328	5	R\$ 31,85	R\$ 10.446,80

20	4637 16	Conexão pneumática engate rápido, reta. Redução 10x8mm.	Unidade	403	10	R\$ 4,23	R\$ 1.704,69
21	4637 29	Conexão Pneumática Reta Rápida Macho Rosca 3/8 Tubo 8mm Bsp	Unidade	393	10	R\$ 5,64	R\$ 2.216,52
23	4866 04	Óleo lubrificante mineral para compressor de pistão. VG150 Embalagem 1 litro.	Litro	265	5	R\$ 41,55	R\$ 11.010,75
24	4744 87	Óleo para lubrificação de sistemas pneumáticos. S-10. 1 Litro.	Litro	253	5	R\$ 33,31	R\$ 8.427,43
25	4757 11	Purgador eletrônico para sistema de ar comprimido e compressores. 220V.	Unidade	230	2	R\$ 319,44	R\$ 73.471,20
26	4133 59	Eletrocalha galvanizada 50mmx100mmx3m	Barra	490	10	R\$ 94,79	R\$ 46.447,10
29	3444 24	Cabo Flex Fotovoltaico 1,8kW – CC Vermelho	Metro	3100	100	R\$ 8,98	R\$ 27.838,00
30	3444 24	Cabo Flex Fotovoltaico 1,8kW – CC Preto	Metro	3100	100	R\$ 9,33	R\$ 28.923,00
31	4742 75	Par de conector Fotovoltaico MC4 (Macho/Fêmea) 6mm.	Unidade	485	10	R\$ 18,50	R\$ 8.972,50
32	4324 18	Curva vertical interna 90° para eletrocalha galvanizada 100x200mm.	Unidade	450	4	R\$ 39,04	R\$ 17.568,00
33	4324 18	Curva vertical externa 90° para eletrocalha galvanizada 100x200mm.	Unidade	450	4	R\$ 72,87	R\$ 32.791,50
34	4713 91	Emenda para eletrocalha 100x200mm	Unidade	600	5	R\$ 12,55	R\$ 7.530,00

		galvanizada.					
35	3909 42	Eletroduto PVC Rígido Preto 4". Barra de 3 metros.	Unidad e	750	15	R\$ 92,37	R\$ 69.277,50
36	3118 85	Luva para eletroduto PVC Rígido Preto 4".	Unidad e	970	10	R\$ 13,01	R\$ 12.619,70
37	3362 82	Curva 90º para eletroduto PVC Rígido Preto 4".	Unidad e	905	10	R\$ 43,39	R\$ 39.267,95
38	3857 11	Válvula dosadora para dispenser de álcool gel/sabonete líquido. Kit com 5 unidades.	Unidad e	723	30	R\$ 15,50	R\$ 11.206,50
39	4418 37	Anel de vedação com guia e parafusos para instalação de vaso sanitário.	Unidad e	555	15	R\$ 21,76	R\$ 12.076,80
40	4479 16	Tijolo maciço 5x11x23cm.	Unidad e	31000	1000	R\$ 1,53	R\$ 47.430,00
41	2719 31	Tijolo 6 furos 9x14x19cm.	Unidad e	40000	1000	R\$ 0,93	R\$ 37.200,00
42	4828 37	Válvula para escoamento de cuba/pia de banheiro em ABS cromado.	Unidad e	814	20	R\$ 6,21	R\$ 5.054,94
43	3668 30	Válvula de descarga para mictório cromada com fechamento manual.	Unidad e	485	10	R\$ 66,27	R\$ 32.140,95
44	4413 16	Sifão flexível em PVC branco extensão mínima de 70cm.	Unidad e	1049	20	R\$ 11,51	R\$ 12.073,99
45	31958 9	Fita veda rosca Rolo de 18mm x 50m.	Unidad e	1040	50	R\$ 6,34	R\$ 6.593,60
46	38989 0	Espuma expansiva de PU em spray 300ml.	Unidad e	568	20	R\$ 20,84	R\$ 11.837,12
47	39686 5	Tubo de água em PVC marrom 25mm barra com 6m.	Unidad e	630	10	R\$ 24,69	R\$ 15.554,70
48	23316 4	Tubo PVC branco para esgoto 100mm.	Unidad e	550	10	R\$ 96,67	R\$ 53.168,50

49	24047 2	Tubo PVC branco para esgoto 40mm.	Unidade	550	10	R\$ 36,21	R\$ 19.915,50
50	34712 5	Conexão soldável joelho 90° para água 25mm em PVC marrom.	Unidade	1080	20	R\$ 0,93	R\$ 1.004,40
51	36291 1	Conexão soldável tipo T para água 25mm em PVC marrom.	Unidade	1060	20	R\$ 1,47	R\$ 1.558,20
52	39917 2	Conexão soldável luva para água 25mm em PVC marrom.	Unidade	1065	20	R\$ 0,88	R\$ 937,20
53	34712 4	Conexão soldável joelho 90° para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1045	20	R\$ 2,53	R\$ 2.643,85
54	46621 6	Conexão soldável tipo T para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1030	20	R\$ 3,90	R\$ 4.017,00
55	48131 2	Conexão soldável luva para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1025	20	R\$ 2,40	R\$ 2.460,00
56	35145 7	Conexão soldável joelho 90° para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	5890	20	R\$ 8,00	R\$ 45.680,00
57	24142 1	Conexão soldável tipo T para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	980	20	R\$ 20,23	R\$ 19.825,40
58	31868 5	Conexão soldável luva para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	1000	20	R\$ 7,56	R\$ 7.560,00
59	39815 0	Azulejo branco liso brilhante 20x20cm parede banheiro.	M²	540	10	R\$ 40,27	R\$ 21.745,80
60	44958 2	Caixa D'água em Polietileno azul com tampa. Capacidade 500l.	Unidade	48	1	R\$ 252,20	R\$ 12.105,60
61	28896 7	Canaleta SX em PVC cor creme 50x50mm x 2m.	Unidade	530	20	R\$ 50,71	R\$ 26.876,30
62	47821 2	Bloco de concreto estrutural 14x19x39cm. Resistência	Unidade	14350	100	R\$ 3,40	R\$ 48.790,00

		mínima de 4,5MPa					
63	368567	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 10A	Unidade	410	10	R\$ 10,00	R\$ 4.100,00
64	452693	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 20A	Unidade	475	10	R\$ 10,56	R\$ 5.016,00
65	452698	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 32A	Unidade	480	10	R\$ 10,73	R\$ 5.140,40
66	452696	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 50A	Unidade	425	10	R\$ 14,33	R\$ 6.090,25
67	484200	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 50A	Unidade	413	10	R\$ 52,41	R\$ 21.645,33
68	484197	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 25A	Unidade	378	10	R\$ 62,34	R\$ 23.564,52
71	372932	Disjuntor Diferencial Residual 2 pólos 25A	Unidade	362	10	R\$ 123,51	R\$ 44.710,62
72	372932	Disjuntor Diferencial Residual 2 pólos 40A	Unidade	361	10	R\$ 86,01	R\$ 31.049,61
75	449295	Dispositivo Protetor de Surtos -DPS 20ka	Unidade	380	10	R\$ 48,10	R\$ 18.278,00
76	400036	Dispositivo Protetor de Surtos -DPS 60ka	Unidade	148	10	R\$ 81,76	R\$ 12.100,48
84	484687	Kit com 100 lixas diâmetro 125mm grão 100 com velcro para lixadeira orbital.	Unidade	525	5	R\$ 64,85	R\$ 34.046,25
87	419859	Pilha Alcalina Premium de longa duração 1,5V AA Blister com 4	Unidade	1127	10	R\$ 20,22	R\$ 22.787,94

		unidades.					
88	432380	Pilha Alcalina Premium de longa duração 1,5V AAA Blister com 4 unidades.	Unidade	1215	10	R\$ 21,32	R\$ 25.903,80

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5 Para os itens 36, 51, 63, 64 e 65 a participação é ampla e para os demais é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.7. O licitante não poderá ofertar proposta em quantidade inferior à total estimada para o item licitado.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

6.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado..

6.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.29.1. no país;

6.29.2. por empresas brasileiras;

6.29.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de no mínimo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. O cadastro deverá abranger os níveis I, II, III e IV do SICAF;

8.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista.

8.1.8. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.1.9. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.1.10. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de duas horas, sob pena de inabilitação.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista.

8.8. Habilitação jurídica:

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.10. O licitante enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,

seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços devidamente assinada, deverá ser encaminhada, observando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua adjudicação no sistema, para o seguinte endereço:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Campus Charqueadas / COORDENADORIA DE COMPRAS
PREGÃO N.º 44/2022
Rua General Balbão, nº 81
Centro

Charqueadas/RS
CEP 96745-000

Após o envio da documentação, via correio, encaminhar para o e-mail ch-licitacoes@ifsul.edu.br o código de rastreamento das documentações.

14.2. Alternativamente ao envio por correio, a Ata de Registro de Preços poderá ser enviada por e-mail desde que a empresa possua sistema de assinatura digital.

14.3. O prazo estabelecido no subitem 14.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.6. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

14.7 O total das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito.

15.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não manter a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ch-licitacoes@ifsul.edu.br

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. Havendo divergência nas especificações entre o Edital e o SIDEC, o fornecedor deverá atender as constantes no Edital.

23.12 O Foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Subseção Judiciária de Pelotas/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço <http://Charqueadas.ifsul.edu.br/administracao/administracao-e-planejamento/licitacoes/2022/pregao-eletronico>. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 23.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 23.14.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
- 23.14.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Charqueadas, 24 de novembro de 2022

Jeferson Fernando de Souza Wolff

Diretor-Geral

Campus Charqueadas/ IFSul

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2022

Processo Administrativo
n.º23166.001443.2022-44

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de materiais de consumo, tubos, perfis e chapas, para os cursos da área de mecânica e para atividades da manutenção geral do Campus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	CATM AT	Descrição	Unidade	Quantidade	Quantidade mínima	Valor estimado Unitário	Valor Total estimado
1	339950	Placa de forro mineral Armstrong/Georgian 1250x625x15mm Cor branca. Caixa com 12.	Caixa	262	5	R\$ 444,73	R\$ 116.519,26
2	354460	Cimento-cola / Argamassa colante ACII 20kg	Saco	513	8	R\$ 29,91	R\$ 15.343,83
3	426440	Cimento Uso geral 50kg	Saco	765	10	R\$ 37,90	R\$ 28.993,50
4	227025	Chuveiro/Ducha 4 temperaturas 220V 6800W	Unidade	185	5	R\$ 61,04	R\$ 11.292,40
5	406080	Kit Reparo completo para Válvula descarga Hydra 1.1/4" e 1.1/2"	Unidade	245	5	R\$ 62,58	R\$ 15.332,10
6	366485	Kit Reparo Salva Registro Pressão Chuveiro 7x1 Universal C31	Unidade	163	5	R\$ 37,90	R\$ 6.177,70
7	468640	Lâmpada LED Tubular 600mm 220V-9W – T8	Unidade	4100	20	R\$ 18,74	R\$ 76.834,00
8	453761	Tinta Acrílica semi-brilho cor Palha Lata 18 litros Referência Suvini.	Balde	468	5	R\$ 606,11	R\$ 283.659,48

9	4862 08	Caibro em madeira bruta para fixação de telhas. Eucalipto ou Pinus. Largura 5cm, Altura 5cm por 3m.	Unidade	475	10	R\$ 22,90	R\$ 10.877,50
10	4721 33	Mangueira em Poliuretano azul para ar comprimido azul 8mm. (10 Bar) Rolo com 100m.	Rolo	35	2	R\$ 327,99	R\$ 11.479,65
11	4493 93	Mangueira em Poliuretano azul para ar comprimido 10mm. (10 Bar) Rolo com 100m.	Rolo	32	2	R\$ 395,60	R\$ 12.659,20
12	4637 33	Conexão engate rápido em T para ar mangueira PU de ar comprimido 10mm	Unidade	410	10	R\$ 9,24	R\$ 3.788,40
13	4637 12	Conexão engate rápido roscada 3/8" para 8mm.	Unidade	375	10	R\$ 26,25	R\$ 9.843,75
14	3519 19	Registro Agulha 1/4" NPT x Saída Mangueira 1/4"	Unidade	330	10	R\$ 15,23	R\$ 5.025,90
15	4682 94	Válvula pneumática de bloqueio de fluxo engate rápido (tubo x tubo) para mangueira PU de ar comprimido 10mm	Unidade	328	10	R\$ 50,62	R\$ 16.603,36
16	4637 32	Conexão engate rápido em T para mangueira em PU de ar comprimido 8mm	Unidade	393	10	R\$ 6,87	R\$ 2.699,91
17	4637 11	Conexão Rápida Reta	Unidade	383	10	R\$ 7,34	R\$ 2.811,22

		Macho 1/4" X 10 mm Bsp					
18	468294	Válvula pneumática de bloqueio de fluxo engate rápido (tubo x tubo) para mangueira PU de ar comprimido 8mm	Unidade	378	10	R\$ 27,00	R\$ 10.206,00
19	468294	Válvula esfera em latão F-F BSP 25 -1/2".	Unidade	328	5	R\$ 31,85	R\$ 10.446,80
20	463716	Conexão pneumática engate rápido, reta. Redução 10x8mm.	Unidade	403	10	R\$ 4,23	R\$ 1.704,69
21	463729	Conexão Pneumática Reta Rápida Macho Rosca 3/8 Tubo 8mm Bsp	Unidade	393	10	R\$ 5,64	R\$ 2.216,52
22	446760	Óleo de corte sintético solúvel para usinagem de metais. Balde de 20l	Balde	225	2	R\$ 559,89	R\$ 125.975,25
23	486604	Óleo lubrificante mineral para compressor de pistão. VG150 Embalagem 1 litro.	Litro	265	5	R\$ 41,55	R\$ 11.010,75
24	474487	Óleo para lubrificação de sistemas pneumáticos. S-10. 1 Litro.	Litro	253	5	R\$ 33,31	R\$ 8.427,43
25	475711	Purgador eletrônico para sistema de ar comprimido e compressores. 220V.	Unidade	230	2	R\$ 319,44	R\$ 73.471,20
26	413359	Eletrocalha galvanizada 50mmx100mmx 3m	Barra	490	10	R\$ 94,79	R\$ 46.447,10

27	4808 78	Telha Metálica Trapezoidal Aço Galvalume Natural Largura 1m. Comprimento 6m	Unidade	2430	10	R\$ 399,35	R\$ 970.420,50
28	4064 42	Eletrocalha galvanizada 100x200mmx3m (AxLxC).	Barra	2440	10	R\$ 213,29	R\$ 520.427,60
29	3444 24	Cabo Flex Fotovoltaico 1,8kW – CC Vermelho	Metro	3100	100	R\$ 8,98	R\$ 27.838,00
30	3444 24	Cabo Flex Fotovoltaico 1,8kW – CC Preto	Metro	3100	100	R\$ 9,33	R\$ 28.923,00
31	4742 75	Par de conector Fotovoltaico MC4 (Macho/Fêmea) 6mm.	Unidade	485	10	R\$ 18,50	R\$ 8.972,50
32	4324 18	Curva vertical interna 90° para eletrocalha galvanizada 100x200mm.	Unidade	450	4	R\$ 39,04	R\$ 17.568,00
33	4324 18	Curva vertical externa 90° para eletrocalha galvanizada 100x200mm.	Unidade	450	4	R\$ 72,87	R\$ 32.791,50
34	4713 91	Emenda para eletrocalha 100x200mm galvanizada.	Unidade	600	5	R\$ 12,55	R\$ 7.530,00
35	3909 42	Eletroduto PVC Rígido Preto 4". Barra de 3 metros.	Unidade	750	15	R\$ 92,37	R\$ 69.277,50
36	3118 85	Luva para eletroduto PVC Rígido Preto 4".	Unidade	970	10	R\$ 13,01	R\$ 12.619,70
37	3362 82	Curva 90° para eletroduto PVC Rígido Preto 4".	Unidade	905	10	R\$ 43,39	R\$ 39.267,95
38	3857 11	Válvula dosadora para dispenser de álcool gel/sabonete líquido. Kit com	Unidade	723	30	R\$ 15,50	R\$ 11.206,50

		5 unidades.					
39	4418 37	Anel de vedação com guia e parafusos para instalação de vaso sanitário.	Unidade	555	15	R\$ 21,76	R\$ 12.076,80
40	4479 16	Tijolo maciço 5x11x23cm.	Unidade	31000	1000	R\$ 1,53	R\$ 47.430,00
41	2719 31	Tijolo 6 furos 9x14x19cm.	Unidade	40000	1000	R\$ 0,93	R\$ 37.200,00
42	4828 37	Válvula para escoamento de cuba/pia de banheiro em ABS cromado.	Unidade	814	20	R\$ 6,21	R\$ 5.054,94
43	3668 30	Válvula de descarga para mictório cromada com fechamento manual.	Unidade	485	10	R\$ 66,27	R\$ 32.140,95
44	4413 16	Sifão flexível em PVC branco extensão mínima de 70cm.	Unidade	1049	20	R\$ 11,51	R\$ 12.073,99
45	319589	Fita veda rosca Rolo de 18mm x 50m.	Unidade	1040	50	R\$ 6,34	R\$ 6.593,60
46	389890	Espuma expansiva de PU em spray 300ml.	Unidade	568	20	R\$ 20,84	R\$ 11.837,12
47	396865	Tubo de água em PVC marrom 25mm barra com 6m.	Unidade	630	10	R\$ 24,69	R\$ 15.554,70
48	233164	Tubo PVC branco para esgoto 100mm.	Unidade	550	10	R\$ 96,67	R\$ 53.168,50
49	240472	Tubo PVC branco para esgoto 40mm.	Unidade	550	10	R\$ 36,21	R\$ 19.915,50
50	347125	Conexão soldável joelho 90° para água 25mm em PVC marrom.	Unidade	1080	20	R\$ 0,93	R\$ 1.004,40
51	362911	Conexão soldável tipo T para água	Unidade	1060	20	R\$ 1,47	R\$ 1.558,20

		25mm em PVC marrom.					
52	399172	Conexão soldável luva para água 25mm em PVC marrom.	Unidade	1065	20	R\$ 0,88	R\$ 937,20
53	347124	Conexão soldável joelho 90° para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1045	20	R\$ 2,53	R\$ 2.643,85
54	466216	Conexão soldável tipo T para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1030	20	R\$ 3,90	R\$ 4.017,00
55	481312	Conexão soldável luva para esgoto 40mm em PVC branco.	Unidade	1025	20	R\$ 2,40	R\$ 2.460,00
56	351457	Conexão soldável joelho 90° para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	5710	20	R\$ 8,00	R\$ 45.680,00
57	241421	Conexão soldável tipo T para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	980	20	R\$ 20,23	R\$ 19.825,40
58	318685	Conexão soldável luva para esgoto 100mm em PVC branco.	Unidade	1000	20	R\$ 7,56	R\$ 7.560,00
59	398150	Azulejo branco liso brilhante 20x20cm parede banheiro.	M²	540	10	R\$ 40,27	R\$ 21.745,80
60	449582	Caixa D'água em Polietileno azul com tampa. Capacidade 500l.	Unidade	48	1	R\$ 252,20	R\$ 12.105,60
61	288967	Canaleta SX em PVC cor creme 50x50mm x 2m.	Unidade	530	20	R\$ 50,71	R\$ 26.876,30
62	478212	Bloco de concreto estrutural 14x19x39cm.	Unidade	14350	100	R\$ 3,40	R\$ 48.790,00

		Resistência mínima de 4,5MPa					
63	368567	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 10A	Unidade	410	10	R\$ 10,00	R\$ 4.100,00
64	452693	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 20A	Unidade	475	10	R\$ 10,56	R\$ 5.016,00
65	452698	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 32A	Unidade	480	10	R\$ 10,73	R\$ 5.140,40
66	452696	Disjuntor Monopolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 50A	Unidade	425	10	R\$ 14,33	R\$ 6.090,25
67	484200	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 50A	Unidade	413	10	R\$ 52,41	R\$ 21.645,33
68	484197	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 25A	Unidade	378	10	R\$ 62,34	R\$ 23.564,52
69	484203	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 100A	Unidade	392	10	R\$ 206,50	R\$ 80.948,00
70	484204	Disjuntor Tripolar 440Vca/250Vcc. Curva C. Padrão DIN 125A	Unidade	397	10	R\$ 228,91	R\$ 90.877,27
71	372932	Disjuntor Diferencial Residual 2 pólos 25A	Unidade	362	10	R\$ 123,51	R\$ 44.710,62
72	372932	Disjuntor Diferencial Residual 2 pólos 40A	Unidade	361	10	R\$ 86,01	R\$ 31.049,61

73	408897	Disjuntor Diferencial Residual 4 pólos 25A	Unidade	386	10	R\$ 215,00	R\$ 82.990,00
74	408897	Disjuntor Diferencial Residual 4 pólos 40A	Unidade	367	10	R\$ 230,39	R\$ 84.553,13
75	449295	Dispositivo Protetor de Surtos -DPS 20ka	Unidade	380	10	R\$ 48,10	R\$ 18.278,00
76	400036	Dispositivo Protetor de Surtos -DPS 60ka	Unidade	148	10	R\$ 81,76	R\$ 12.100,48
77	336468	Cabo flexível 10mm preto. Rolo com 100m	Unidade	325	5	R\$ 882,36	R\$ 286.767,00
78	458471	Cabo flexível 10mm azul. Rolo com 100m	Unidade	149	5	R\$ 791,37	R\$ 117.914,13
79	458472	Cabo flexível 10mm verde. Rolo com 100m	Unidade	325	5	R\$ 823,80	R\$ 267.735,00
80	458485	Cabo flexível 6mm preto. Rolo com 100m	Unidade	357	10	R\$ 478,57	R\$ 170.849,49
81	458481	Cabo flexível 6mm azul. Rolo com 100m	Unidade	357	10	R\$ 473,85	R\$ 169.164,45
82	458480	Cabo flexível 6mm verde. Rolo com 100m	Unidade	322	5	R\$ 473,85	R\$ 152.579,70
83	350351	DPS com filtro de linha 8 tomadas 10A, 2USB e proteção contra surtos elétricos. Preto	Unidade	490	10	R\$ 177,80	R\$ 87.122,00
84	484687	Kit com 100 lixas diâmetro 125mm grão 100 com velcro para lixadeira orbital.	Unidade	525	5	R\$ 64,85	R\$ 34.046,25
85	470259	Refletor LED 400W Branco Frio IP67 220V.	Unidade	631	20	R\$ 243,44	R\$ 153.610,64
86	435546	Kit com 10 Lâmpadas LED bulbo redondo. Soquete E-27	Unidade	833	5	R\$ 100,66	R\$ 83.849,78

		Branco Frio.					
87	419859	Pilha Alcalina Premium de longa duração 1,5V AA Blister com 4 unidades.	Unidade	1127	10	R\$ 20,22	R\$ 22.787,94
88	432380	Pilha Alcalina Premium de longa duração 1,5V AAA Blister com 4 unidades.	Unidade	1215	10	R\$ 21,32	R\$ 25.903,80

* Os itens com valor total superior a R\$ 80.000,00 estão grifados para facilitar a visualização por não serem de participação exclusiva às ME EPPs.

1.2. A classificação CATMAT pode divergir da especificação detalhada expressa neste Termo de Referência, uma vez que o material a ser adquirido deve ser aquele que mais é adequado às necessidades do órgão. **Havendo divergência, em todos os casos, prevalecerá a especificação detalhada expressa neste documento.**

1.3. Caberá à LICITANTE vencedora a entrega dos materiais nos quantitativos expressos no item 1.1, conforme a tabela e endereços abaixo:

Quantitativos														
Campus														
Itens	CAVG	Bagé	Camaquã	Santana do Livramento	Lajeado	Sapiranga	Novo Hamburgo	Pelotas 158126	Sapucaia do Sul	Pelotas 158467	Comando8 BIM	Charqueadas	Passo Fundo	Quantidade Total
1	12		20		30		20	30			100	50		262
2	100				50	20	10	30	3	100	120	30	50	513
3	100				50	20	10	50	5	150	300	50	30	765
4	60		5		6	5	2	20	10	25	30	20	2	185
5			10	30	50	50	10		15	25	25	30		245
6	30		10		10	8	10	20	10	25	20	20		163
7	200	100	50		200	100		100		3000	250	100		4100
8	30	20	20		50	65	15	30	3	100	100	30	5	468
9		30			50	20		50	25	100	100	50	50	475
10					5	9	1	1	3		6	10		35
11					5	9	1	1	3		3	10		32
12					50	55	30	5	20	200	20	30		410
13					50	30	20	5	20	200	20	30		375
14					50	30	10			200	10	30		330
15					50	20	20	3		200	5	30		328
16					50	40	20	3	10	200	40	30		393

17					50	40	20	3		200	40	30		383
18			50		50	20	20	3		200	5	30		378
19					50	25	15	3		200	5	30		328
20					50	40	20	3		200	60	30		403
21					50	30	20	3		200	60	30		393
22			2		5	2	1		5	200		10		225
23				3	30	10	2		10	200		10		265
24					30	5	2		6	200		10		253
25			5		10	3			6	200		6		230
26		50	20		50	20	20	20		200		100	10	490
27	20		20		2000	50				200	20	100	20	2430
28	30	20	20		2000	20	20	20		200		100	10	2440
29					300	100	1000			200	1000	500		3100
30					300	100	1000			200	1000	500		3100
31					100	50		50		200	35	50		485
32	30	20	20		100	20	20	10		200		20	10	450
33	30	20	20		100	20	20	10		200		20	10	450
34	30	20	50		200	20	40	10		200		20	10	600
35		100	20		200	30	10	20		200	100	50	20	750
36		100	20		500	30	10	20		200	20	50	20	970
37		20	20		500	30	20	20		200	25	50	20	905
38			50		50	8		200	10	200	5	200		723
39	30				100	50	20	20	25	200	60	50		555
40	1000	1000			5000	3000	2000	5000		3000	1000	5000	5000	31000
41		2000			5000	3000	2000			5000	15000	5000	3000	40000
42	30	10	20	10	300	104	20	10	10	200	50	40	10	814
43		5	20	15	100	50	20	30	10	200	5	30		485
44	60	5	20		500	104	20		10	200	70	50	10	1049
45	50	10	20		100	110	30	200	30	200	60	200	30	1040
46	30	12	10	6	100	50	20	50	15	200	15	50	10	568
47	30		50		100	60	20	30	20	200	60	30	30	630
48	30		20		100	60	10	30	20	200	20	30	30	550
49			30		100	60	10	30	20	200	40	30	30	550
50	30		50		500	60	20	50	30	200	70	50	20	1080
51	20		50		500	60	20	50	30	200	60	50	20	1060
52	30		50		500	60	20	50	30	200	55	50	20	1065
53			50		500	60	20	50	30	200	65	50	20	1045
54			50		500	60	20	50	30	200	50	50	20	1030
55			50		500	60	20	560	30	200	45	50	20	1535
56	200		50		5200	60	20	50	30	200	10	50	20	5890
57			50		500	50	20	50	30	200	10	50	20	980
58	20		50		500	50	20	50	30	200	10	50	20	1000
59	30		100		100	80			40	20	100	50	20	540
60	5		5		10		5				15	4	4	48
61	30		20		200	20	20		20	100	20	100		530

62			50		5000	1000	2000				300	5000	1000	14350
63		20		5	50	30	15		10	210	40	30		410
64	20	20		5	100	30	15		10	210	35	30		475
65	20	52		5	100	30	15		10	200	50	30		480
66		10		5	100	30	15		10	200	25	30		425
67	10	5		3	100	30	15			200	20	30		413
68	10	5		3	50	30	15			210	25	30		378
69		5		2	100	30	15			200	10	30		392
70	5	5		2	100	30	15			200	10	30		397
71				2	50	20	15	30	10	200	5	30		362
72				3	50	20	15	30	10	200	3	30		361
73				2	50	20	15	30	10	224	5	30		386
74				2	50	20	15	30	10	200	10	30		367
75			10	5	50	20	15	30		205	15	30		380
76			10	3	50	20	15	30			10	30		148
77	5				50	18	5	20	5	200	2	20		325
78	5				50	18	5	20	5	20	6	20		149
79	5				50	18	5	20	5	200	2	20		325
80	5				50	18	10	30	10	200	4	30		357
81	5				50	18	10	30	10	200	4	30		357
82	5				50	8	10	20	5	200	4	20		322
83	30			10	100	40	30	30	10	200	10	30		490
84			20		200	40	20			200	15	30		525
85	40		20	10	200	29	20		20	200	32	60		631
86	15		20		500	10	20	20		200	28	20		833
87	20				500	125	100	50	30	212	30	50	10	1127
88	20		100		500	125	100	50	30	200	30	50	10	1215

Reitoria /Campus	Endereço
COMANDO 8 BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA / RS	Av. Zeferino Costa nº 5000 Bairro Pestano Pelotas - RS 96070-480
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Avançado Novo Hamburgo	Rua Pinheiro Machado nº 205 Bairro Industrial Novo Hamburgo/RS 93320-490
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Bagé	Av. Leonel de Moura Brizola, 2501 Bairro Pedra Branca Bagé/RS 96418-400

<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Camaquã</p>	<p>Rua Ana Gonçalves da Silva, 901</p> <p>Bairro Olaria</p> <p>Camaquã/RS</p> <p>96180-000</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Charqueadas</p>	<p>Rua General Balbão,81</p> <p>Bairro Centro</p> <p>Charqueadas/RS</p> <p>96745-000</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Lajeado</p>	<p>Rua João Goulart, nº 2150</p> <p>Bairro Olarias</p> <p>Lajeado/RS</p> <p>95900-000</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Passo Fundo</p>	<p>Estrada Perimetral Leste, nº 150</p> <p>Passo Fundo</p> <p>99064-440</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Pelotas</p>	<p>Praça 20 de Setembro, 455</p> <p>Centro</p> <p>Pelotas/RS</p> <p>96015-360</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Reitoria</p>	<p>Rua Gonçalves Chaves, nº 3218</p> <p>Centro</p> <p>Pelotas/RS</p> <p>CEP 96015-560</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Pelotas -Visconde da Graça</p>	<p>Av. Ildefonso Simões Lopes, 2791</p> <p>Bairro Arco Íris</p> <p>Charqueadas/RS</p> <p>96060-290</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Santana do Livramento</p>	<p>Rua Paul Harris, 410</p> <p>Centro</p> <p>Santana do Livramento/RS</p> <p>97574-360</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Sapiranga</p>	<p>Av. Carlos Gilberto Weiss, 155</p> <p>Bairro Oeste</p> <p>Sapiranga/RS</p> <p>93800-000</p>

<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Campus Sapucaia do Sul</p>	<p>Av. Copacabana, 100</p> <p>Bairro Piratini</p> <p>Sapucaia do Sul/RS</p> <p>93216-120</p>
---	--

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição possibilitará o desenvolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão vinculadas aos cursos de nível técnico e superior da área dos cursos de Mecatrônica e Informática, bem como as atividades de manutenção geral do Campus Charqueadas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 4.1. O objeto atende ao guia de compras sustentáveis desta entidade, no que é compatível, em especial por se tratar de procedimento que permite a adesão de todos os demais Campus, bem como a aquisição de outras Instituições que se manifestem no prazo legal quando da Publicação da Intenção de Registro de Preços – IRP.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, e se realizará em remessa única, nos endereços expressos no item 1.3.
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável indicado pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e aceitas na proposta.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, no que for de sua responsabilidade;
- 7.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.6. manter, durante todo o processo de execução da despesa, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO (ENTREGA DO OBJETO)

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto (entrega do bem), os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. DA REVISÃO DE PREÇOS

- 12.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.](#)
- 12.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

- 12.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 12.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 12.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 12.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 12.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 13.1. O prazo de garantia dos bens, é de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 13.2. A garantia será prestada com vistas a substituir materiais que apresentarem defeitos ou vícios oriundos de problemas de fabricação.
- 13.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 13.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 13.5. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 13.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. Multa:
 - a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 180 (cento e oitenta) dias;
 - f) compensatória 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

14.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude

fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital e em seus anexos.
- 15.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

15.2.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

15.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item;

15.4. As regras de desempate entre propostas são as seguintes:

15.4.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- i. no país;
- vi. por empresas brasileiras;
- vii. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- viii. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- ix. Persistindo o empate, a proposta vencedora será definida em sorteio.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 360.845,73.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

ANEXO II
PLANILHA DA PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2022

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
3						
4						

Prazo de entrega do material: no máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

Local de entrega do material: o material será entregue, conforme item 1.3 do Termo de Referência.

Declaração: nos preços cotados estão incluídas todas as despesas tais como frete (CIF), impostos, taxas, seguros, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Pregão.

Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço completo, número do telefone e e-mail, bem como, número da conta corrente, nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

Validade: mínimo 60 dias, conforme edital.

_____, ____ de _____ de 2022

(Assinatura do declarante)

(Nome do declarante)

(N.º do RG do declarante)

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

PROCESSO Nº 23166.001443.2022-44

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Charqueadas, com sede na Rua General Balbão nº 81, na cidade de Charqueadas/RS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.729.992/0004-99, neste ato representado pelo Diretor Geral Jeferson Fernando de Souza Wolff, nomeado pela Portaria nº 1.178 de 30 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais para a Coordenadoria de Manutenção Geral do IF Sul - Campus Charqueadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

E-MAIL:

REPRESENTANTE:

ITEM do TR	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT ÁRIO R\$

--	--	--	--	--	--

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O Instituto Federal Sul-rio-grandense define o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES conforme segue:

GERENCIADOR	UG
Reitoria do Instituto Federal Sul-rio-grandense	158126

PARTICIPANTES	UG
Comando 8 Brigada De Infantaria Motorizada / RS	160380
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Avançado Novo Hamburgo	158126
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Bagé	151879
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Camaquã	151878
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Charqueadas	158340
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Lajeado	155144
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Passo Fundo	158338
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas	158467
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas-Visconde da Graça	151895
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Santana do Livramento	154773
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapiranga	155146
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapucaia do Sul	158339

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços em seus quantitativos:

Itens	CAVG	Bagé	Camaquã	Santana do Livramento	Lajeado	Sapiranga	Novo Hamburgo	Pelotas 158126	Sapucaia do Sul	Pelotas 158467	Comando 8 BIM	Charqueadas	Passo Fundo	Quantidade Total
1	12		20		30		20	30			100	50		262
2	100				50	20	10	30	3	100	120	30	50	513
3	100				50	20	10	50	5	150	300	50	30	765
4	60		5		6	5	2	20	10	25	30	20	2	185
5			10	30	50	50	10		15	25	25	30		245
6	30		10		10	8	10	20	10	25	20	20		163

7	200	100	50		200	100		100		3000	250	100		4100
8	30	20	20		50	65	15	30	3	100	100	30	5	468
9		30			50	20		50	25	100	100	50	50	475
10					5	9	1	1	3		6	10		35
11					5	9	1	1	3		3	10		32
12					50	55	30	5	20	200	20	30		410
13					50	30	20	5	20	200	20	30		375
14					50	30	10			200	10	30		330
15					50	20	20	3		200	5	30		328
16					50	40	20	3	10	200	40	30		393
17					50	40	20	3		200	40	30		383
18			50		50	20	20	3		200	5	30		378
19					50	25	15	3		200	5	30		328
20					50	40	20	3		200	60	30		403
21					50	30	20	3		200	60	30		393
22			2		5	2	1		5	200		10		225
23				3	30	10	2		10	200		10		265
24					30	5	2		6	200		10		253
25			5		10	3			6	200		6		230
26		50	20		50	20	20	20		200		100	10	490
27	20		20		2000	50				200	20	100	20	2430
28	30	20	20		2000	20	20	20		200		100	10	2440
29					300	100	1000			200	1000	500		3100
30					300	100	1000			200	1000	500		3100
31					100	50		50		200	35	50		485
32	30	20	20		100	20	20	10		200		20	10	450
33	30	20	20		100	20	20	10		200		20	10	450
34	30	20	50		200	20	40	10		200		20	10	600
35		100	20		200	30	10	20		200	100	50	20	750
36		100	20		500	30	10	20		200	20	50	20	970
37		20	20		500	30	20	20		200	25	50	20	905
38			50		50	8		200	10	200	5	200		723
39	30				100	50	20	20	25	200	60	50		555
40	1000	1000			5000	3000	2000	5000		3000	1000	5000	5000	31000
41		2000			5000	3000	2000			5000	15000	5000	3000	40000
42	30	10	20	10	300	104	20	10	10	200	50	40	10	814
43		5	20	15	100	50	20	30	10	200	5	30		485
44	60	5	20		500	104	20		10	200	70	50	10	1049
45	50	10	20		100	110	30	200	30	200	60	200	30	1040
46	30	12	10	6	100	50	20	50	15	200	15	50	10	568
47	30		50		100	60	20	30	20	200	60	30	30	630

48	30		20		100	60	10	30	20	200	20	30	30	550
49			30		100	60	10	30	20	200	40	30	30	550
50	30		50		500	60	20	50	30	200	70	50	20	1080
51	20		50		500	60	20	50	30	200	60	50	20	1060
52	30		50		500	60	20	50	30	200	55	50	20	1065
53			50		500	60	20	50	30	200	65	50	20	1045
54			50		500	60	20	50	30	200	50	50	20	1030
55			50		500	60	20	560	30	200	45	50	20	1025
56	200		50		5200	60	20	50	30	200	10	50	20	5710
57			50		500	50	20	50	30	200	10	50	20	980
58	20		50		500	50	20	50	30	200	10	50	20	1000
59	30		100		100	80			40	20	100	50	20	540
60	5		5		10		5				15	4	4	48
61	30		20		200	20	20		20	100	20	100		530
62			50		5000	1000	2000				300	5000	1000	14350
63		20		5	50	30	15		10	210	40	30		410
64	20	20		5	100	30	15		10	210	35	30		475
65	20	52		5	100	30	15		10	200	50	30		480
66		10		5	100	30	15		10	200	25	30		425
67	10	5		3	100	30	15			200	20	30		413
68	10	5		3	50	30	15			210	25	30		378
69		5		2	100	30	15			200	10	30		392
70	5	5		2	100	30	15			200	10	30		397
71				2	50	20	15	30	10	200	5	30		362
72				3	50	20	15	30	10	200	3	30		361
73				2	50	20	15	30	10	224	5	30		386
74				2	50	20	15	30	10	200	10	30		367
75			10	5	50	20	15	30		205	15	30		380
76			10	3	50	20	15	30			10	30		148
77	5				50	18	5	20	5	200	2	20		325
78	5				50	18	5	20	5	20	6	20		149
79	5				50	18	5	20	5	200	2	20		325
80	5				50	18	10	30	10	200	4	30		357
81	5				50	18	10	30	10	200	4	30		357
82	5				50	8	10	20	5	200	4	20		322
83	30			10	100	40	30	30	10	200	10	30		490
84			20		200	40	20			200	15	30		525
85	40		20	10	200	29	20		20	200	32	60		631
86	15		20		500	10	20	20		200	28	20		833
87	20				500	125	100	50	30	212	30	50	10	1127
88	20		100		500	125	100	50	30	200	30	50	10	1215

3.3 Endereço dos participantes:

Reitoria /Campus	Endereço
COMANDO 8 BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA / RS	Av. Zeferino Costa nº 5000 Bairro Pestano Pelotas - RS 96070-480
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Avançado Novo Hamburgo	Rua Pinheiro Machado nº 205 Bairro Industrial Novo Hamburgo/RS 93320-490
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Bagé	Av. Leonel de Moura Brizola, 2501 Bairro Pedra Branca Bagé/RS 96418-400
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Camaquã	Rua Ana Gonçalves da Silva, 901 Bairro Olaria Camaquã/RS 96180-000
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Charqueadas	Rua General Balbão,81 Bairro Centro Charqueadas/RS 96745-000
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Lajeado	Rua João Goulart, nº 2150 Bairro Olarias Lajeado/RS 95900-000
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Passo Fundo	Estrada Perimetral Leste, nº 150 Passo Fundo 99064-440
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas	Praça 20 de Setembro, 455 Centro Pelotas/RS

	96015-360
Instituto Federal Sul-rio-grandense Reitoria	Rua Gonçalves Chaves, nº 3218 Centro Pelotas/RS CEP 96015-560
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas -Visconde da Graça	Av. Ildefonso Simões Lopes, 2791 Bairro Arco Íris Charqueadas/RS 96060-290
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Santana do Livramento	Rua Paul Harris, 410 Centro Santana do Livramento/RS 97574-360
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapiranga	Av. Carlos Gilberto Weiss, 155 Bairro Oeste Sapiranga/RS 93800-000
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapucaia do Sul	Av. Copacabana, 100 Bairro Piratini Sapucaia do Sul/RS 93216-120

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este

fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da homologação, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 6.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 6.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1 por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2 a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Charqueadas, dede 2022.

Jeferson Fernando de Souza Wolff

Diretor Geral

Instituto Federal Sul-rio-grandense

Campus Charqueadas

Representante

CPF Cargo

Nome da empresa